

Mantega: país sem recessão

EDNA SIMÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

A forte desaceleração da produção industrial em outubro não é indício de que o país esteja próximo de entrar em "recessão técnica", ou seja, registrar dois trimestres consecutivos de retração do Produto Interno Bruto (PIB) — soma de toda a produção do país. Essa é a avaliação do ministro da Fazenda, Guido Mantega. Para os analistas de mercado, no entanto, a visão de Mantega é otimista demais. Isso porque consideram a queda de 1,7% da produção industrial de setembro para outubro como o pior dado econômico divulgado desde o agravamento da crise financeira internacional.

Segundo o ministro, o arrefecimento da economia não será brusco como ocorre nos Estados Unidos. Ele frisou que a baixa na produção já era esperada pelo governo devido à crise. "É natural que nos meses de outubro, novembro e dezembro haja uma queda", explicou. Para o economista-chefe do banco WestLB, Roberto Padovani, a considerável redução da produção industrial em outubro foi maior do que o esperado e não está relacionada à sazonalidade, como chegou a cogitar o ministro. "Os números refletem os efeitos de uma crise mundial seríssima", afirmou. Ele não descartou a possibilidade de

Antonio Cruz/ABr



MANTEGA DIZ QUE DESACELERAÇÃO ERA ESPERADA, MAS NÃO SERÁ BRUSCA

uma recessão técnica no país.

Mantega manteve o discurso de que o país tem capacidade de crescer bem mais que os 3% que estão sendo projetados por uma grande parcela de economistas. "Não acredito em número menor que 3% em 2009", frisou. A estimativa do ministério da Fazenda é de expansão do PIB de, pelo menos, 4% no próximo ano. Ele ponderou ainda que "tecnicamente" é um equívoco dizer que os Estados Unidos está em recessão. "É um equívoco. A recessão é quando se tem dois trimestres consecutivos com o PIB negativo. Eles só têm um trimestre. Se eles tiverem o último do ano, aí eles entraram em recessão técnica", ponderou.

Dívida ativa

Ontem, Mantega se reuniu com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, para informar que o governo vai enviar ao Congresso Nacional uma medida provisória (MP), três projetos de lei (PL) e um projeto de lei complementar (PLC). O objetivo é fazer um novo modelo de gestão da dívida ativa do país. Atualmente, os contribuintes brasileiros (tanto pessoa física quanto jurídica) devem R\$ 1,3 trilhão à União. Esse valor se refere à sonegação ou simplesmente não pagamento dos impostos devidos, incluindo juros e multa. A idéia é que o texto da MP seja encaminhado ao Congresso nos próximos dias. No dia 19 de novembro, o ministro da Fazenda fez a mesma peregrinação só que na Câmara dos Deputados.

Uma das principais ações que constará na MP será a anistia de dívidas de até R\$ 10 mil, contraídas pelos contribuintes até 2003. Além disso, permite descontos de multa e juros de débitos superiores a R\$ 10 mil. "Vai simplificar a vida dos contribuintes", contou Mantega. Também estará no texto a reformulação do Conselho dos Contribuintes — instância em que as pessoas que devem impostos à União podem questionar o débito.